

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ACORDO Nº (XX/ANO)

A (NOME DA ENTIDADE DEVEDORA) publica o Edital de Convocação para acordo n.º XX/ANO, conforme segue:

OBJETO: Convocação para apresentação de propostas de acordo direto com titulares de créditos de precatórios, nos termos do Decreto Municipal nº (xxxx), de (xx) de x de (20xx).

A (NOME DA ENTIDADE DE DEVEDORA)

CONVOCA todos os titulares de precatórios da (NOME DA ENTIDADE DE DEVEDORA) para, querendo, apresentarem suas propostas de acordo direto.

1. DO DESÁGIO APLICADO E DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

1.1 - Poderão celebrar o acordo direto os titulares originais dos precatórios, seus sucessores “causa mortis” ou cessionários, mediante deságio de até 40% (quarenta por cento) para os créditos de precatórios inscritos na ordem cronológica de pagamento.

1.2 - O deságio será aplicado sobre o valor devido atualizado do crédito cujo cálculo seja definitivo, desde que não haja discussão do crédito em sede de ação rescisória ou recursos pendentes, ou crédito sujeito a retificação.

1.3 - Deverão os interessados ter plena ciência e aceitação da legislação acima citada, que será observada em todo o procedimento.

2. DO PERÍODO DE APRESENTAÇÃO

2.1 - O requerimento para apresentação de proposta de acordo direto, devidamente preenchido e acompanhado da documentação exigida, deverá ser protocolado entre os dias XX/XX/XXXX e XX/XX/XXX, no protocolo da DEPRE ou via sistema.

3. DOS DOCUMENTOS

3.1 - As propostas de acordo deverão ser instruídas com os seguintes documentos:

I - Formulário de pedido de acordo, conforme minuta padrão em anexo a este edital (anexo I);

II - As propostas apresentadas pelos sucessores “causa mortis” deverão ser instruídas com:

a - O pedido de habilitação dos herdeiros protocolado nos autos da ação de execução;

b - A decisão que deferiu a habilitação;

c - A indicação do grau de parentesco e a distribuição dos quinhões, para fins de correta tributação e futura emissão dos informes de rendimentos pela entidade devedora.

III - As propostas formuladas por cessionários deverão ser instruídas com:

a - Cópia do instrumento de cessão protocolado em juízo, conforme artigo 100, §14, da Constituição Federal, e Comunicado nº 60/2012 do DEPRE, nos precatórios de competência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como a cadeia de cessões, se o caso;

b - Decisão que homologou a cessão de crédito;

c - Ofício encaminhado pela vara de origem à DEPRE, com a comunicação sobre a homologação da cessão de crédito;

d - A indicação da distribuição dos quinhões, para fins de correta tributação e futura emissão dos informes de rendimentos.

IV - Procuração atualizada de cada credor ou sucessor, com poderes específicos para celebrar acordo direto. No caso de credor analfabeto ou que por qualquer motivo não possa assinar, a procuração deverá ser outorgada por instrumento público. No caso de pessoa jurídica credora, deverá ser juntado o contrato/estatuto social da sociedade;

V - Cópia do CPF e do RG, no caso de titulares de precatórios alimentares maiores de 60 (sessenta) anos;

VI - Comprovação da condição de portador de doença grave ou portador de deficiência, assim definidos na forma da Lei, ou que foi reconhecida pelo Tribunal competente;

VII - Somente será admitido o fracionamento de precatórios alimentares com comprovação dos poderes de representação de cada credor com conta individualizada, ou de todos seus sucessores;

VIII - No caso de precatórios de outras espécies, é indispensável a participação de todos os titulares do crédito, uma vez que não haverá desmembramento do crédito, salvo os honorários sucumbenciais.

4. DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

4.1 - Das propostas deverão obrigatoriamente constar:

I - Se o interessado se enquadra nos requisitos de prioridade ou não;

II - A indicação do ente devedor;

III - Se os honorários advocatícios estão incluídos na proposta e, em caso positivo, se a proposta se refere à cota parte do(s) credor(es) proponente(s) ou à totalidade dos honorários requisitados no precatório. Na segunda hipótese a proposta deverá ser feita em nome do advogado, inclusive nos precatórios de outras espécies. Em caso de sociedade de advogados, deverá ser indicado o CNPJ respectivo, para fins de tributação, com solicitação expressa nesse sentido. O Advogado proponente deve possuir procuração nos autos de origem e no precatório.

IV - A comprovação da desistência de eventuais recursos pendentes do credor visando à retificação do precatório que impliquem em aumentar o valor do crédito, sendo vedada a celebração de acordos na pendência de recursos;

V - Que o interessado tem ciência de que o pagamento será processado exclusivamente pelo Tribunal competente, a quem incumbirá a atualização do crédito e aplicação do deságio concedido pelo titular do precatório, na forma do Item 1 do Edital;

VI - Que o pagamento realizado pelo Tribunal Competente importa em quitação plena concedida pelo interessado, que não poderá discutir os critérios de cálculo utilizados pelo Tribunal, salvo erro material;

VII - É vedada a celebração de acordo parcial em relação a precatórios de outras espécies.

5. DO VALOR DESTINADO AO PAGAMENTO DE ACORDOS

Serão destinados ao pagamento das propostas contempladas os valores disponíveis na segunda conta administrada pelo Tribunal de Justiça, reservada ao pagamento de precatórios por meio de acordos.

6. DO CRITÉRIO DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - Ao fim do período fixado no item 2, será formado o lote de propostas a serem analisadas pela DEPRE, que habilitará e classificará os pedidos com observância da ordem cronológica entre os precatórios transacionados, conforme determina o inciso VI do artigo 76 da Resolução CNJ nº

303/2019, de acordo com seus exercícios, sendo conferida prioridade a todos os precatórios alimentares no interior de cada exercício

7. DAS IMPUGNAÇÕES

7.1 - Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a divulgação da lista de aprovados, para eventuais impugnações, as quais deverão ser apresentadas no protocolo do DEPRE ou via sistema.

7.2 - Não serão aceitos recursos encaminhados por e-mail, correio ou qualquer outra forma que não seja o protocolo pessoal.

7.3 - Os recursos deferidos serão encaminhados para efetivação dos depósitos, com aplicação do deságio definido, até o limite do valor disponível para pagamento dos acordos.

8. DAS PROPOSTAS CONTEMPLADAS

Serão contempladas todas as propostas que possam ser pagas até o limite dos depósitos realizados na segunda conta administrada pelo Tribunal de Justiça, destinada ao pagamento de precatórios por meio de acordos.

9. DA EFETIVAÇÃO E DO PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS

9.1 - O efetivo pagamento será realizado pelo Tribunal de Justiça, conforme disponibilidade financeira, a quem caberá a atualização do valor devido e aplicação do deságio concedido.

9.2 - O pagamento do acordo implicará plena quitação do precatório pelo credor.

9.3 - A qualquer tempo antes do pagamento o credor habilitado pode desistir do acordo direto.

9.4 - Dados bancários para depósitos, desde que celebrado por valor determinado, em espécie:

DADOS DO CREDOR

Nome: _____

CPF/CNPJ/RNE nº: _____

Conta bancária nº: _____

Banco: _____

Agência: _____

Número da Conta: _____

Tipo da conta: () conta corrente () conta poupança

Se poupança do Banco do Brasil DV _____

Data de nascimento: _____

10. DOS PEDIDOS INDEFERIDOS

10.1 - A ausência dos documentos necessários ou dos requisitos exigidos pela legislação em vigor e por este edital acarretará o indeferimento de plano da proposta.

10.2 - Serão indeferidas as propostas cujo valor requisitado esteja pendente de recurso ou de retificação, bem como de qualquer medida que importe em desconstituição do crédito.

11. DAS IRREGULARIDADES

O acordo poderá não produzir efeitos se constatadas irregularidades relativas à legitimidade do habilitante ou a outros pressupostos essenciais relacionados ao respectivo crédito, mesmo após seu encaminhamento ao Tribunal competente.

São Paulo, de de 20 .